

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
- CAR - CCIR - INCRA

(19) 99215-4852
(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!



POR QUE DEVO REGULARIZAR MEU IMÓVEL?

A regularização de um imóvel é um passo essencial para garantir segurança jurídica, valorização patrimonial e tranquilidade familiar. Muitos brasileiros ainda mantêm imóveis em situação irregular, seja por desconhecimento, questões financeiras ou simples descuido. No entanto, deixar um bem imóvel à margem da legalidade pode gerar consequências graves e custosas no futuro.

Segurança Jurídica: a base de tudo.

A principal razão para regularizar um imóvel é a obtenção da segurança jurídica. Um imóvel regular é aquele que está devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, com matrícula atualizada e escritura pública em nome do real proprietário. Sem esse registro, o ocupante não é legalmente reconhecido como dono, ainda que possua um contrato de compra e venda ou more no local há anos. Ter a propriedade registrada garante que terceiros não possam contestar sua posse e que o imóvel esteja protegido em eventual disputa judicial. Além disso, facilita o acesso ao crédito, como financiamentos e consórcios, que exigem a apresentação de toda a documentação legal do bem.

Valorização e Liquidez Patrimonial.

Um imóvel regularizado tem maior valor de mercado. É mais atrativo para compradores, investidores e instituições financeiras. Na prática, imóveis irregulares sofrem desvalorização significativa, pois representam risco jurídico e burocrático para quem os adquire. Já os imóveis devidamente registrados são facilmente comercializáveis, possibilitando uma liquidez muito maior.

Além disso, um imóvel regularizado permite a averbação de benfeitorias, como reformas e ampliações, o que também impacta diretamente no seu valor final.

Evitar conflitos familiares e sucessórios.

No âmbito do Direito de Família, a regularização é fundamental para evitar litígios em inventários, divórcios e partilhas. Um imóvel

sem documentação correta pode gerar conflitos entre herdeiros, ex-cônjuges ou companheiros, especialmente quando não há consenso sobre a titularidade do bem.

Por exemplo, em um inventário, o juiz exigirá a documentação completa do imóvel para permitir sua partilha entre os herdeiros. Se o bem estiver irregular, o processo se arrasta, gera custos extras e pode até inviabilizar acordos.

O mesmo se aplica a uniões estáveis e divórcios. Se o imóvel não estiver em nome de um dos cônjuges ou estiver com pendências, a divisão dos bens se torna ainda mais difícil e desgastante.

Regularizar é mais fácil (e barato) do que parece.

Muitos acreditam que a regularização é um processo caro e complexo. Na verdade, há diversas formas de resolver essas pendências, como a usucapião extrajudicial, a averbação de construção junto à prefeitura, a retificação de área, entre outras.

Advogados especializados e profissionais técnicos, como engenheiros e arquitetos, podem auxiliar nesse processo de forma segura e eficaz.

Além disso, muitos municípios oferecem programas de regularização fundiária com isenções de taxas e apoio técnico, justamente para incentivar a formalização dos imóveis.

Regularizar um imóvel não é apenas uma formalidade burocrática — é um ato de responsabilidade patrimonial e familiar. Garante proteção ao seu patrimônio, evita problemas legais e assegura que seus direitos e os de sua família sejam respeitados.

Se você possui um imóvel em situação irregular, procure orientação especializada e inicie o processo de regularização. Seu bem mais valioso merece estar legalmente protegido.

Dr. Caius Godoy, Advogado Especialista em Holdings Familiares. Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna.

e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Estudo revela caminhos para aumentar a produtividade da pecuária sem abrir novas áreas

O estudo reforça a importância de aprimorar os sistemas produtivos existentes em vez de converter novas terras para pecuária

Pesquisa internacional propõe novas formas de medir o rendimento da pecuária baseada em pastagens.

Métodos como benchmarking e modelos de produção ajudam a identificar onde há espaço para crescer.

Estudo mostra que estratégias sustentáveis podem aumentar a produção sem desmatar.

A integração entre dados biofísicos e econômicos é essencial para decisões mais eficazes.

Resultados orientam políticas públicas e investimentos mais estratégicos no campo.

O desafio de alimentar uma população global em crescimento, sem avançar sobre novas áreas de vegetação nativa, passa por melhorar o desempenho dos sistemas agropecuários existentes. Na pecuária baseada em pastagens, uma saída promissora está em reduzir o que especialistas chamam de “lacunas de rendimento” — a diferença entre o que uma propriedade rural produz hoje e o quanto ela poderia produzir em condições ideais.

Um estudo internacional recém-publicado na revista científica Agricultural Systems, com participação de pesquisadores da Embrapa, analisou as principais ferramentas disponíveis para medir essas lacunas e propôs formas mais precisas de estimar o potencial produtivo dos sistemas pecuários. O objetivo é orientar produtores, técnicos e formuladores de políticas públicas a investir de maneira mais estratégica, aumentando a eficiência e reduzindo os impactos ambientais.

Os cientistas alertam que modelos atuais frequentemente ignoram variáveis como estratégias de pastejo, composição da pastagem e pastejo seletivo dos animais, o que limita a precisão das análises. A integração desses aspectos poderia contribuir para o uso mais eficiente dos recursos e para a intensificação sustentável da produção, sem a necessidade de abertura de novas áreas.

Pastagens ocupam 70% da área agrícola do mundo

As pastagens cobrem cerca de 70% da área agrícola global e desempenham um papel crucial na segurança alimentar e na oferta de serviços ecossistêmicos. Com a demanda global por carne e leite crescendo anualmente, o estudo reforça a importância de aprimorar os sistemas produtivos existentes em vez de converter novas terras para pecuária.

A análise de lacunas de rendimento pode ser uma ferramenta estratégica para produtores e formuladores de políticas públicas, permitindo investimentos mais eficientes e sustentáveis.

Pesquisadores recomendam que futuras investigações considerem não apenas os fatores técnicos, mas também os contextos socioeconômicos e políticos para impulsionar a intensificação sustentável da pecuária baseada em pastagens.

Uma revisão abrangente analisou métodos para avaliar lacunas de rendimento, com foco nos sistemas de produção pecuária baseados em pastagens. A complexidade desses sistemas decorre da interação entre plantas, animais e condições ambientais, tornando a avaliação das lacunas mais desafiadora.

Conjunto de métodos

Diversos métodos foram discutidos, incluindo benchmarking, agrupamento climático, análise de fronteira e modelos de sistemas de produção. Cada abordagem difere em escalas de análise, exigências de dados e aplicações específicas. De acordo com a pesquisadora da Embrapa Pecuária Sudeste (SP) Patrícia Menezes Santos, algumas metodologias são adequadas para escalas maiores, como estudos globais ou nacionais, enquanto outras se aplicam a um nível mais local, como uma fazenda.

Além disso, algumas consideram

fatores socioeconômicos, enquanto outras se concentram em aspectos biofísicos. “Essas ferramentas auxiliam a identificar áreas que tenham maior potencial de aumento de produtividade, ou seja, nas quais é mais promissor mobilizar os recursos necessários para direcionar os esforços e investimentos de forma mais estratégica”, destaca Santos.

A pesquisadora ressalta a importância dessas metodologias para que os gestores públicos tenham uma ideia para direcionar melhor seus esforços, como a mobilização de assistência técnica e de infraestrutura. Para ela, a decisão de intervenção não depende apenas do produtor, mas de toda uma organização necessária para criar um ambiente favorável à transformação.

Incentivos no Brasil ainda são baixos

O estudo destaca o benchmarking como um método amplamente utilizado, que compara o desempenho de fazendas ou regiões com as de maior produtividade. Apesar da simplicidade e aplicabilidade comercial, ele não considera insumos ou variáveis econômicas.

As estimativas de lacunas de produtividade a partir do método de análise de fronteira examinam a eficiência técnica e econômica usando modelos estatísticos e econométricos, e podem ser aplicadas em diferentes escalas de produção. De acordo com o pesquisador Geraldo Martha, da Embrapa Agricultura Digital (SP), as análises da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que a agropecuária brasileira, em particular a pecuária, opera com baixos níveis de incentivos, de maneira que essa perspectiva aproximando as dimensões biofísica e econômica é muito importante para entender as transformações que ocorrem, de fato, no mundo real.

Segundo Martha, isso ocorre porque as perspectivas do produtor quanto aos custos de oportunidade e aos riscos envolvidos na tomada de decisão são únicas a uma dada combinação produtor-propriedade, uma vez que a quantidade e a qualidade de recursos (terra, trabalho, capital físico e humano) e de insumos, bem como os preços relativos envolvidos, variam caso a caso.

Outro método analisado no estudo, agrupamento climático, prioriza o potencial técnico para aumento da produtividade focando em fatores como clima e tipo de sistema de produção, sem considerar estratégias de manejo, nutrição e pastoreio. O método é adequado para aplicação em escala mais ampla e contribui para avaliar a adoção de práticas bem-sucedidas de manejo entre regiões com climas semelhantes. Apesar da limitação por depender de bases de dados de larga escala, o método é flexível e pode incorporar características regionais ou outras variáveis para fornecer uma visão das regiões com alto potencial de intensificação de sistemas de produção.

O estudo também discutiu a análise de lacunas de produtividade por meio de modelos de sistema de produção que abrange a capacidade de suporte de pastagens, com a produtividade primária da pastagem e eficiência do pastejo, e modelos baseados em conceitos de ecologia da produção, que considera processos biofísicos dos animais e pastagens ao longo do tempo.

“Modelos empíricos e mecanicistas têm sido desenvolvidos com o objetivo de estimar a disponibilidade de massa de forragem em sistemas de produção pecuária”, destaca Gustavo Bayma, analista da Embrapa Meio Ambiente (SP) e também autor do artigo. Segundo ele, essa estimativa, também viabilizada por técnicas de sensoriamento remoto e modelagem, possibilita a avaliação de grandes extensões de área de forma contínua e sistemática, sendo essencial para o cálculo da capacidade de suporte das pastagens e, consequentemente, para um manejo mais eficiente da forrageira e dos animais nas propriedades rurais.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



ETANOL

Na segunda quinzena de maio, as unidades produtoras da região Centro-Sul processaram 47,84 milhões de toneladas ante a 45,36 milhões da safra 2024/2025. No acumulado da safra 2025/2026 até o fim de maio, a moagem atingiu 124,77 milhões de toneladas, ante 141,54 milhões de toneladas registradas no mesmo período no ciclo anterior – retração de 11,85%. Na última quinzena de maio, sete unidades deram início à safra 2025/2026.

BRASIL LIVRE DA INFLUENZA AVIÁRIA

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) informou oficialmente, à Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) o fim do vazio sanitário, conforme previsto nos protocolos internacionais. Com a notificação, o país se autodeclara livre da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP). O período de vazio sanitário teve início em 22 de maio, logo após a conclusão da desinfecção da granja localizada em Montenegro (RS), onde foi registrado, em 16 de maio, o primeiro e único foco da doença em granja comercial no país.

CARGA TRIBUTÁRIA

A Câmara dos Deputados aprovou, por 346 votos a 97, o requerimento de urgência para votação do Projeto de Decreto Legislativo, que susta os efeitos do Decreto nº 12.466/2025, responsável por aumentar as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Com a aprovação da urgência, o texto pode ser votado no plenário a qualquer momento. A decisão foi resultado direto da mobilização da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Coalizão de Frentes Produtivas do Congresso Nacional.

CONFLITO ISRAEL IRÃ

Fernando Pimentel, diretor da Agrosecurity Consultoria e diretor geral da Agrometrika – plataforma de crédito para o agronegócio, disse que conflito entre Ucrânia e Rússia, agora conflito aberto entre Israel e Irã, promete trazer desdobramentos bastante complicados para o Oriente Médio, uma das maiores fontes de energia do planeta”. O Irã é um grande fornecedor de petróleo, que apesar de existir toda uma discussão de transição energética, continua sendo uma commodity fundamental para várias indústrias.

AGENDA CLIMÁTICA

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) acompanhou, as atividades da Conferência de Bonn, na Alemanha. A reunião conta com discussões sobre adaptação, financiamento climático, mercado de carbono e outras ações relacionadas à atividade agropecuária e às mudanças climáticas, que impactam diretamente os produtores rurais. A assessora técnica que acompanha as discussões, Amanda Roza, explica que foi realizado o primeiro workshop sobre o Trabalho Conjunto de Sharm El Sheikh para a Agricultura.

COLHEITA DO MILHO

As baixas temperaturas registradas nos últimos dias têm retardado a perda natural de umidade de grão em alguns estados. Esse cenário tem influenciado nos trabalhos de colheita, uma vez que o tempo necessário para que o cereal atinja o teor de umidade ideal para ser colhido aumenta. De acordo com o Progresso de Safra, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a colheita atinge 3,9% da área semeada do milho 2ª, índice inferior ao registrado na média dos últimos 5 anos.

CRESCIMENTO DE ALFACE

Uma pesquisa da Embrapa Meio Ambiente (SP), em parceria com o Instituto Biológico de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), revelou que probióticos amplamente utilizados na criação de frangos também podem ser eficazes na agricultura. Testes realizados com produtos no mercado indicaram que esses microrganismos têm potencial para estimular o crescimento de alface.

OESTE PAULISTA

Como parte da Caravana Governo 3D – Desenvolvimento, Diálogo e Dignidade, realizada pelo Governo de São Paulo em Presidente Prudente, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado promoveu uma série de entregas e investimentos que totalizam mais de R\$ 16 milhões destinados ao fortalecimento da agricultura e do desenvolvimento rural nos municípios do Oeste Paulista. Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

Tecnologia na irrigação: SP se destaca com uso de pivôs centrais na agricultura



Com equipamentos robustos e tecnológicos para a irrigação, São Paulo é um dos principais estados com a maior concentração de pivôs centrais do país. Um levantamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), por meio do Mapeamento Atualizado da Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais, estimou a existência de aproximadamente 4.703 mil equipamentos de irrigação agrícola no estado. Esse número representa um crescimento de 7% em relação ao último censo, que registrou 4.388 equipamentos em 2019.

O uso de pivô central pode alcançar áreas grandes comparadas a outros métodos. Em relação à precisão da aplicação, o sistema apresenta alta eficiência e assertividade. “A flexibilidade dos equipamentos atende desde pequenas a grandes áreas e culturas, além de possuir tecnologia de ponta, trazendo todo o controle ao alcance dos dedos, além de permitir a prática da quimigação, à valores de investimento com boa aceitabilidade”, destacou o professor de irrigação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Irrigação, Dr. Fernando Tangerino.

Para a pecuarista e produtora de grãos, Fernanda Sleutjes, da fazenda Santa Cecília, no município de Angatuba, interior paulista, o uso do equipamento garante a correlação de produtividade e planejamento estratégico para o plantio. “Atualmente, temos em torno de 85% da área irrigada por pivô central. O que nos permite ter melhores produtividades, mais segurança na produção, maior valor agregado, em relação às áreas não irrigadas. A utilização da irrigação possibilita também planejar e escalonar as culturas, otimizando mão de obra, máquinas e insumos, aprimorar técnicas de aplicação de produtos via irrigação, além de fazermos cinco culturas em duas safras”, frisou Fernanda Sleutjes.

O Sudoeste Paulista é reconhecido como um dos principais polos de irrigação tanto no estado quanto no país. De acordo com a Associação Sudoeste Paulista de Irrigação e Plantio na Palha (ASPIPP), atualmente, a região conta com mais de 2 mil pivôs instalados. “A característica cooperativista dos nossos produtores permite, por meio dessa organização, superar adversidades como o desenvolvimento da cadeia de fornecedores, da infraestrutura energética e da gestão de

recursos hídricos”, ressaltou o diretor executivo da ASPIPP, Vitor Pereira.

O diretor da associação relaciona que a escolha pelo método de irrigação pode variar conforme a topografia da região, culturas agrícolas, condições ambientais, valor da terra e a disponibilidade de mão de obra local. Após a análise desses fatores, o produtor rural opta por um dos métodos, sendo que o pivô central tem demonstrado maior viabilidade técnica e financeira.

Área irrigada e escassez de água

Em 2024, o estado de São Paulo enfrentou sua pior seca desde 1982, avalia o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN). “Os efeitos das mudanças climáticas estão cada vez mais fortes e São Paulo passou por uma seca muito forte. Mas quem tem sua lavoura irrigada tem sua produção garantida. Irrigação é prosperidade, é segurança de produção. Com o plano, SP terá 15% de suas áreas irrigadas até 2030. Nós vamos armazenar água em SP para o agronegócio”, destacou o secretário de Agricultura, Guilherme Piai.

A área irrigada do Brasil representa apenas 2,6%, ou seja 9,2 milhões de hectares, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Segundo a ANA, São Paulo possui uma área total irrigada de 2,4 milhões de hectares, cerca de 29,5% do cenário nacional.

Para expandir ainda mais a zona agrícola irrigante, o governo de SP, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, lançou o FEAP SP – Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista, o Irriga+SP, promovendo a produtividade das áreas agrícolas e combatendo as mudanças climáticas, transformando os atuais 6% de áreas irrigáveis em 15% até 2030.

O programa estadual disponibiliza R\$ 200 milhões em crédito com subvenção para os pequenos e médios produtores rurais por meio da Desenvolve SP. O projeto abrange o financiamento de sistemas de irrigação, energia fotovoltaica e tecnologias de agricultura de precisão, incluindo a aquisição de drones, estufas automatizadas e a contratação de serviços especializados, entre outros.

AGRO CARTOON

PICAZO

ETANOL EM MAIO, UNIDADES PRODUTORAS NO CENTRO-SUL PROCESSARAM 47,84 MILHÕES DE TONELADAS



JORNALISTA VOLUNTÁRIO

DESENHO: PUBLICDOMAINVECTORS.ORG 597/125

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

São Paulo simplifica a compensação ambiental com novo sistema



Seguindo a meta de implementar e melhorar as ações de gerenciamento de ativos ambientais, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA) lançou na terça-feira (17), durante a Feicorte 2025, o novo módulo de gestão de ativos ambientais. Integrada ao portal do Sistema Cadastro Ambiental Rural São

Paulo (SICAR/SP), a medida é direcionada para a gestão de ativos ambientais. Ou seja, na prática, ele vai permitir que proprietários ou possuidores de imóveis rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) validados possam cadastrar, vetorizar, habilitar e administrar áreas com ativos ambientais. O anúncio foi realizado nesta ter-

ça-feira (17) durante a Feicorte 2025, em Presidente Prudente.

O objetivo é que o módulo viabilize de forma ágil e simplificada, a utilização desses ativos para compensar passivos ambientais de outras propriedades rurais. Isso permite ainda, que os usuários acompanhem o status desses ativos e realizem a gestão de contratos vinculados, incluindo funções de controle, aprovação, reprovação e suspensão de contratos. Assim, ele contribui diretamente para a operacionalizar mecanismos de compensação ambientais previstos na legislação brasileira, gerando novos negócios e renda.

Por meio do sistema, os usuários têm acesso simplificado a uma base de dados totalmente integrada, contendo informações sobre ativos e passivos ambientais de várias regiões do estado. Assim, aqueles que possuem passivos ambientais e pretendam compensá-los em outro imóvel poderão identificar áreas compatíveis para esse fim. “A implantação do módulo é essencial para que o estado habilite e influencie os produtores a buscarem a regularização ambiental, o que credencia

o agro paulista em um contexto de imposições ambientais cada vez mais restritivas”, ressalta o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

Para aderir ao módulo o imóvel precisa ser analisado e validado no sistema SICAR-SP e estar em conformidade com os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.651/2012. Tudo realizado de forma on-line e gratuita, por meio da plataforma car.agricultura.sp.gov.br.

Cadastro Ambiental Rural
O Estado de São Paulo possui 437 mil CARs ativos e outros 130 mil validados. Até o fim de 2025, a meta é chegar a 200 mil CARs validados. São Paulo lidera a agenda de conservação territorial na atividade agropecuária nacional, preservando 25% da área de seu território. Percentual acima dos 20% estabelecido pelo Código Florestal.

O CAR é um facilitador para acessos a linhas de créditos agrícolas e incentivos, além de incentivar a doação de práticas sustentáveis, recuperação de áreas degradadas e manutenção de áreas de preservação.

Governo de SP firma novos convênios e amplia acesso a crédito rural para compra de tratores

Com foco na modernização de máquinas no campo e no fortalecimento da agricultura familiar, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, firmou novos convênios com cooperativas de crédito para expansão do FEAP Pró-Trator e Implementos. As parcerias foram oficializadas com o Banco Cooperativo Sicredi, o Banco Cooperativo Sicoob e a Cooperativa Central de Crédito Cresol Baser.

Com os novos convênios, as cooperativas passam a operar as linhas de crédito do programa, realizando a análise das propostas, a liberação dos recursos e a aplicação direta do subsídio sobre o saldo devedor do financiamento.

“O governo de SP quer apoiar o produtor a reduzir o custo final

do financiamento, o que facilita o acesso a máquinas e equipamentos, promovendo a modernização e o aumento da produtividade no campo”, comenta o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai.

O Pró-Trator é uma linha de crédito rural criada para facilitar a aquisição de tratores e implementos por pequenos e médios produtores paulistas. A principal vantagem do programa é o subsídio de 50% da taxa de juros pelo Estado — ou seja, metade da taxa Selic em vigor é custeada pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP).

Outro diferencial é o limite de financiamento de até R\$ 50 mil por produtor, o que garante maior capilaridade e permite atender um



número maior de beneficiários em todas as regiões do estado. Os recursos podem ser utilizados para

a compra de tratores novos, de fabricação nacional, com potência de até 125 cavalos.

Brucelose: primeiro período da campanha de vacinação termina no dia 30

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) informa que na próxima segunda-feira, dia 30 de junho, encerra-se o primeiro período da campanha de vacinação contra a Brucelose no estado de São Paulo. Após a publicação da Resolução SAA nº 78/24 e das Portarias 33/24 e 34/24, a campanha passou a vigorar durante todo o ano e o produtor que não vacinar seu rebanho dentro do prazo estabelecido terá a movimentação dos bovídeos da propriedade suspensa até que a regularização seja feita junto às unidades da Defesa Agropecuária.

Por se tratar de uma vacina viva, passível de infecção para quem a manipula, a vacinação deve ser feita por um médico-veterinário cadastrado que, além de garantir a correta aplicação do imunizante, fornece o atestado de vacinação ao produtor.

A relação dos médicos-veterinários cadastrados na Defesa Agropecuária

para realizar a vacinação em diversos municípios do Estado de São Paulo está disponível em <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/credenciados/>.

Diferente das campanhas anteriores, a declaração de vacinação pelo proprietário ou responsável pelos animais não é mais necessária. A partir de agora, o médico veterinário responsável pela imunização, ao cadastrar o atestado de vacinação no sistema informatizado de gestão de defesa animal e vegetal (Gedave) em um prazo máximo de quatro dias a contar da data da vacinação e dentro do período correspondente à vacinação, validará a imunização dos animais.

A exceção acontecerá quando houver casos de divergências entre o número de animais vacinados e o saldo do rebanho declarado pelo produtor no sistema Gedave.

Em caso de incongruências, o médico veterinário e o produtor serão

notificados das pendências por meio de mensagem eletrônica, enviada ao e-mail cadastrado junto ao Gedave. Neste caso, o proprietário deverá regularizar a pendência para a efetivação da declaração.

Identificação
O modelo alternativo de identificação — o primeiro do país aprovado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) — de vacinação contra a Brucelose trata-se de uma alternativa não obrigatória à marcação a fogo que além do bem-estar animal, estimula a produtividade e a qualidade do manejo, além de aumentar a segurança do produtor e do veterinário responsável pela aplicação do imunizante.

A partir da publicação das portarias, ficou estabelecido no Estado de São Paulo, o botton amarelo para a identificação dos animais vacinados com a vacina B19 e o botton azul para identificar as fêmeas vacinadas com a vacina RB 51. Anteriormente, a identi-

ficação era feita com marcação a fogo indicando o algarismo do ano corrente ou a marca em “V”, a depender da vacina utilizada.

Para o caso de perda, dano ou qualquer alteração que prejudique a identificação, deverá ser solicitada nova aplicação que deverá ser feita ao médico-veterinário responsável pela aplicação ou ainda, para a Defesa Agropecuária.

Havendo a impossibilidade da aquisição do botton, o animal deverá ser identificado conforme as normativas vigentes do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

A Defesa Agropecuária informa ainda que o uso do botton só é válido dentro do Estado de São Paulo, não sendo permitido o trânsito de animais identificados de forma alternativa para demais estados da federação.